



Poder Judiciário
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
Turma Nacional de Uniformização

SCES, TRECHO 3, Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Lote 9 - Bairro: Asa Sul - CEP: 70200-003 - Fone: (61) 3022-7000 - www.cjf.jus.br - Email: turma.uniformi@cjf.jus.br

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI
(TURMA) Nº 5050728-74.2011.4.04.7000/PR

RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA

REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRC/PR

REQUERIDO: BRUNO DEGASPERI ARANEGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TRIBUTÁRIO. CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE. ANUIDADE. LEI Nº. 6.994/82. REVOGAÇÃO EXPRESSA PELA LEI Nº. 8.906/94. PRECEDENTES DA TNU E DO STJ. APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº. 9.295/46. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização interposto pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, nos termos do voto do Juiz Relator, a fim de que a Turma Recursal de origem promova a adequação de seu julgado, fixando a seguinte tese: O artigo 21 do Decreto-Lei nº. 9.295/46, com a redação dada pelo artigo 76 da Lei nº. 12.249/10, regula as anuidades dos conselhos regionais de contabilidade a partir de 2.011 até a eficácia da Lei nº. 12.514/11. Pedido de Uniformização julgado como representativo da controvérsia (Tema 193). O Juiz Federal Atanair Nasser Lopes fez ressalva quanto aos itens 13 e 16 do voto do Juiz Relator.

Brasília, 12 de março de 2020.

Documento eletrônico assinado por **RONALDO DESTERRO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico

https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **900000107588v4** e do código CRC **6a62efd1**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALDO DESTERRO
Data e Hora: 13/3/2020, às 13:23:46

5050728-74.2011.4.04.7000

900000107588.V4



Poder Judiciário
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
Turma Nacional de Uniformização

SCES, TRECHO 3, Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Lote 9 - Bairro: Asa Sul - CEP: 70200-003 - Fone: (61) 3022-7000 - www.cjf.jus.br - Email: turma.uniformi@cjf.jus.br

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI
(TURMA) Nº 5050728-74.2011.4.04.7000/PR**

RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO CASTRO DESTERRO E SILVA

REQUERENTE: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRC/PR

REQUERIDO: BRUNO DEGASPERI ARANEGA

RELATÓRIO

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI
FEDERAL. TRIBUTÁRIO. CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE. ANUIDADE. LEI Nº. 6.994/82. REVOGAÇÃO
EXPRESSA PELA LEI Nº. 8.906/94. PRECEDENTES DA TNU E
DO STJ. APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº.
9.295/46. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.**

1. Cuida-se de pedido de uniformização de interpretação de lei federal interposto pelo Conselho Regional de Contabilidade do Paraná contra o acórdão da 1ª Turma Recursal dessa Seção Judiciária que entendeu que os parâmetros para a fixação do valor das anuidades de seus filiados deve observar, até a eficácia da Lei nº. 12.514/10, o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº. 6.994/82, mantida assim a sentença que determinou a repetição dos valores cobrados a maior até então.

2. Argumenta que esse julgado diverge do entendimento da 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul (Processo nº. 5003442-08.2013.4.04.7105, relator o Juiz Federal OSCAR VALENTE CARDOSO - julgamento de 04 de setembro de 2017), segundo o qual o Decreto-Lei nº. 9.295/46, com as alterações promovidas pelo artigo 76 da Lei nº. 12.249/10, deve nortear a fixação e a majoração das anuidades dos profissionais filiados ao Conselho Regional de Contabilidade.

3. A parte recorrida, intimada, não apresentou contrarrazões.

VOTO

4. O pedido de uniformização de interpretação de lei federal é cabível quando turmas recursais de regiões distintas divergirem sobre questão de direito material ou quando qualquer destas ou turma regional proferirem decisão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça ou da Turma Nacional e Uniformização (Lei nº. 10.259/01, artigo 14, §2º; RI/TNU, artigo 12; e QO/TNU nº. 13).

5. A divergência entre os julgados confrontados é evidente, havendo sido, aliás, reconhecida por ocasião da afetação do tema objeto deste feito como representativo da controvérsia.

6. No que respeita ao mérito, a tarefa uniformizadora consiste em definir qual a base legal para fixação e majoração do valor das anuidades devidas ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná por seus filiados até a edição da Lei nº. 12.514/11, se o Decreto-Lei nº. 9.295/46, observadas, no tempo oportuno, as alterações promovidas pelo artigo 76 da Lei nº. 12.249/10, ou se a Lei nº. 6.994/82.

7. Quanto ao Decreto-Lei nº. 9.295/46, cuidou de criar o Conselho Federal de Contabilidade e os conselhos regionais e, entre outras disposições, estabelecer que a anuidade devida pelos filiados importaria em Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). Eis o texto original:

Art. 21. Os profissionais, diplomados ou não, registrados de acôrdo com o que preceitua o presente Decreto-lei ficam obrigados ao pagamento uma anuidade de vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) ao Conselho Regional de jurisdição.

§ 1º O pagamento da, anuidade será efetuado até 31 de março de cada ano, devendo, no primeiro ano de exercício da profissão, realizar-se por ocasião de ser expedida a carteira profissional.

Art. 22. As firmas, sociedades, emprêsas, companhias, ou quaisquer organizações que explorem qualquer ramo dos serviços contábeis ficam obrigadas a pagar uma anuidade de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) ao Conselho Regional a cuja jurisdição pertencerem.

§ 1º O pagamento desta anuidade deverá ser feito dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 21, observando, para os casos de pagamento fora do prazo, o que estabelece o parágrafo 2º do mesmo artigo.

Art. 23. Quando um profissional ou uma organização que explore qualquer dos ramos dos serviços contábeis tiver exercício em mais de uma região deverá, pagar a anuidade ao Conselho Regional, em cuja jurisdição tiver sede, devendo, porém, registrar-se em todos os demais Conselhos interessados e comunicar por escrito a êsses Conselhos, até 31 de Março de cada ano, a continuação de sua atividade, ficando o profissional, além disso, obrigado,

quando requerer o registro em determinado Conselho, a submeter sua carteira profissional ao visto do respectivo Presidente.

Art. 24. Sòmente poderão ser admitidos à execução de serviços públicos contabilidade, inclusive à organização dos mesmos, por contrato particular, sob qualquer modalidade. o profissional ou pessoas jurídicas que provem quitação de suas anuidades de outras contribuições a que estejam sujeitos.

8. Adiante, o artigo 76 da Lei nº. 12.249/10 deu nova redação a esse dispositivo, estabelecendo o que se segue:

Art. 21. Os profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade são obrigados ao pagamento da anuidade.

§ 1º O pagamento da, anuidade será efetuado até 31 de março de cada ano, devendo, no primeiro ano de exercício da profissão, realizar-se por ocasião de ser expedida a carteira profissional.

§ 2º As anuidades pagas após 31 de março serão acrescidas de multa, juros de mora e atualização monetária, nos termos da legislação vigente.

§ 3º Na fixação do valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Contabilidade, serão observados os seguintes limites:

I - R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), para pessoas físicas;

II - R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), para pessoas jurídicas.

§ 4º Os valores fixados no § 3º deste artigo poderão ser corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

9. O acórdão impugnado considerou que o artigo 21 do Decreto-Lei nº. 9.249/46 sequer poderia haver sido alterado pelo artigo 76 da Lei nº. 12.249/10, por isso que fora, antes, revogado pela Lei nº. 6.994/82. Revogado porque a Lei nº. 6.994/82 haveria cuidado inteiramente da questão das anuidades devidas aos conselhos. Eis o teor dos dispositivos da lei tida por revogadora que interessam ao deslinde deste feito:

Art 1º - O valor das anuidades devidas às entidades criadas por lei com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais será fixado pelo respectivo órgão

federal, vedada a cobrança de quaisquer taxas ou emolumentos além dos previstos no art. 2º desta Lei.

§ 1º - Na fixação do valor das anuidades referidas neste artigo serão observados os seguintes limites máximos:

a - para pessoa física, 2 (duas) vezes o Maior Valor de Referência - MVR vigente no País;

b - para pessoa jurídica, de acordo com as seguintes classes de capital social:

[...].

2º - O pagamento da anuidade será efetuado ao órgão regional da respectiva jurisdição até 31 de março de cada ano, com desconto de 10% (dez por cento), ou em até 3 (três) parcelas, sem descontos, corrigidas segundo os índices das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs se forem pagas após o vencimento, acrescidas de multa de 10% (dez por cento) e juros de 12% (doze por cento), calculados sobre o valor corrigido.

§ 3º - As filiais ou representações de pessoas jurídicas instaladas em jurisdição de outro Conselho Regional que não o de sua sede pagarão anuidade em valor que não exceda à metade do que for pago pela matriz.

§ 4º - Quando do primeiro, registro, serão devidas, apenas, as parcelas da anuidade relativas ao período não vencido do exercício, facultado ao respectivo Conselho conceder isenção ao profissional comprovadamente carente.

Art 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

10. De outra banda, o ora recorrente sustenta a vigência e a validade do artigo 21 do Decreto-Lei nº. 9.295/46 até a eficácia da Lei nº. Lei nº. 12.514/11, eis que, cuidando especificamente das anuidades devidas aos conselhos de contabilidade, preferiria à Lei nº. 6.994/82, que tem caráter geral.

11. Sustenta, ademais, que a Lei nº. 6.994/82, a que se apega o acórdão recorrido, foi expressamente revogada pela Lei nº. 8.906/94 (EAOB), a ver:

Art. 87. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº. 4.215, de 27 de abril de 1.963, a Lei nº. 5.390, de 23 de fevereiro de 1.968, o Decreto-Lei nº. 505, de 18 de março de 1.969, a Lei nº. 5.681, de 20 de julho de 1.971, a Lei nº. 5.842, de 6 de dezembro de 1.972, a Lei nº. 5.960, de 10 de dezembro de 1.973, a Lei nº. 6.743, de 5 de dezembro de 1.979, a Lei nº. 6.684, de 9 de

dezembro de 1.980, a Lei nº. 6.994, de 26 de maio de 1.982, mantidos os efeitos da Lei nº. 7.346, de 22 de julho de 1.985.

12. Tenho que a razão está com o Conselho de Contabilidade, ora recorrente. Isso porque a Lei nº. 6.994/82 não revogou expressamente o Decreto-Lei nº. 9.295/46 e tampouco é com ele incompatível. Com efeito, o decreto-lei cuidou de instituir o tributo e fixar-lhe o valor e o vencimento, ao passo que a lei autorizou os conselhos a apontar o valor da anuidade e estabeleceu seus limites máximos, entre outras disposições desimportantes para o desfecho deste caso. Nesse passo, se não há colidência entre os dois textos, o primeiro há de subsistir.

13. Ao reverso, o que se deu com a Lei nº. 6.994/82 foi sua revogação expressa e integral pelo artigo 87 da Lei nº. 8.906/94 (EOAB), sem ressalva de qualquer ordem. Não há, a meu sentir, no caso de revogação expressa, que se questionar sobre a preservação de fragmento da lei revogada à vista de suposta compatibilidade com a lei nova.

14. Nesse passo, o raciocínio jurídico a ser empregado ao caso passa pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (DL nº. 4.657/42), cujo artigo 2º, primeira hipótese, prevê que "a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare". Eis o texto integral do dispositivo legal:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

[...].

15. A propósito da revogação da Lei nº. 6.994/82 pela Lei nº. 8.906/94, já se manifestou a Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF nº. 200971540014377, relatora a juíza federal VANESSA VIEIRA DE MELLO - DJ de 06 de setembro de 2.012), assim:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTARQUIA. TEMA DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 6.944/82. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO. 1. Pedido, formulado pela parte autora, de declaração da inexistência de relação jurídica tributária que justifique a cobrança de valores a título de anuidade excedentes a 2 MVR, correspondente a 35,72 UFIR's, em dezembro/1991, e a condenação da parte ré à devolução dos valores indevidamente recolhidos ao Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. 2. Sentença de parcial procedência do pedido ,

preservada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul. 3. Incidente de uniformização, ofertado pela autarquia, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. 4. Argumentação no sentido de que a lei nº 6.944/82 está revogada, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça – Recursos Especiais nº 259.259/RS e 1.120.193/PE. 5. Inadmissibilidade do incidente de uniformização de jurisprudência pela Turma Recursal de origem. 6. Remessa dos autos à TNU - Turma Nacional de Uniformização e distribuição do recurso. 7. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consoante revogação da nº 6.944/82. 8. Necessidade de adequação do julgado à jurisprudência da corte superior. 9. Parcial provimento ao incidente de uniformização, dirigido à TNU - Turma Nacional de Uniformização, com fundamento na questão de ordem nº 20, do colegiado citado. 10. Determinação de remessa dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado à premissa de revogação da lei independentemente da natureza do conselho responsável pela cobrança da anuidade.

16. Por igual, o Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

PROCESSO CIVIL - TRIBUTÁRIO - CONSELHOS DE PROFISSÕES - ANUIDADE - FUNDAMENTO NORMATIVO - LEI 6.994/82 - REVOGAÇÃO PELAS LEIS 8.906/94 E 9.649/98 - AUSÊNCIA DE REPRISTINAÇÃO - ACÓRDÃO - CARÊNCIA DEFUNDAMENTAÇÃO - NÃO-OCORRÊNCIA.

1. Acórdão que explicita exhaustivamente as razões de decidir não pode ser acoimado de carente de fundamentos.

2. A Lei 6.994/82 foi expressamente revogada pelas Leis 8.906/94 e 9.649/98. Precedentes do STJ.

3. Salvo disposição de lei em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido vigência. 4. Recurso especial não provido.

(STJ - REsp. nº. 1120193/PE, Segunda Turma, relatora a ministra ELIANA CALMON - DJe 26/02/2010)

17. Tenho, em conclusão, que o artigo 21 do Decreto-Lei nº. 9.295/46 vigeu até a eficácia da Lei nº. 12.514/11, ao passo que a Lei nº. 6.994/82, toda ela, foi revogada pela Lei nº. 8.906/94, de modo que não pode, a partir de então, pretender regular relações jurídicas supervenientes.

18. Vale registrar, de resto, que, ainda que a revogação assinalada não houvesse apanhado toda a Lei nº. 6.994/82, estaria ela revogada pelo artigo 58 da Lei nº. 9.649/98. A propósito da declaração de inconstitucionalidade desse dispositivo legal (ADIN nº. 1.717-6), não

tem o condão de repristinar a Lei nº. 6.994/82, como quis a Turma Recursal do Paraná, por isso que "*salvo disposição em contrário*, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência" (LICC, artigo 2º, §3º), certo que o e. Supremo Tribunal Federal de tanto não cuidou em sua decisão.

19. Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização a fim de que a Turma Recursal de origem promova a adequação de seu julgado à seguinte conclusão de tese: *O artigo 21 do Decreto-Lei nº. 9.295/46, com a redação dada pelo artigo 76 da Lei nº. 12.249/10, regula as anuidades dos conselhos regionais de contabilidade a partir de 2.011 até a eficácia da Lei nº. 12.514/11.*

Documento eletrônico assinado por **RONALDO DESTERRO, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **900000107322v57** e do código CRC **052e34d0**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RONALDO DESTERRO
Data e Hora: 13/3/2020, às 13:23:46

5050728-74.2011.4.04.7000

900000107322.V57